



CARTA DE FLORIANÓPOLIS: Necessidade de Uma Visão de Longo Prazo para a Economia Brasileira

Em 2005, o Brasil completa **25 anos de semi-estagnação**, com sério risco de estar renunciando à vocação histórica para o pleno desenvolvimento, decorrente de sua grande população, extenso território, abundância de recursos naturais e capacidade empresarial. O País corre o risco de perder a visão de longo prazo, traduzida em grande projeto nacional de eliminação do seu atraso econômico. A condução e avaliação da política econômica baseiam-se em uma perspectiva estritamente de curto prazo.

Presentemente se afirma que a economia vai bem porque, apesar da crise política, a dívida pública continua sob controle, a inflação está em baixa e as exportações crescem rapidamente. No entanto, estimativas indicam que o país não terá uma taxa média anual de crescimento do PIB no período 2003-2006 superior à taxa média registrada nas duas últimas décadas e meia. Nem se leva em conta o fato de que o próprio crescimento de nossas vendas externas, usualmente apresentado pelo Governo como o principal sucesso de sua política econômica, ocorre principalmente nas “commodities” agrícolas e industriais, segmentos de lento crescimento de longo prazo no mercado mundial e de baixo valor adicionado por trabalhador. E, portanto, o setor exportador, apesar de sua grande importância, é incapaz isoladamente de proporcionar ao país o dinamismo econômico de longo prazo.

Na verdade, para que seja considerada satisfatória a situação da economia brasileira, o país deveria estar **crescendo a 7% ao ano**, resultado que registrou no passado durante **30 anos**. Vale destacar que essa taxa é atualmente igualada ou superada por países em condições inferiores às nossas, em termos de disponibilidade de recursos naturais, população e território.

Os bons resultados das políticas econômicas da Índia e China, países de dimensões continentais como o Brasil, são avaliados em termos de nível médio do incremento do PIB e não somente dos equilíbrios de curto prazo, nas esferas cambial, fiscal e monetária. Estes são considerados em função de sua capacidade de influenciar, positiva ou negativamente, o crescimento do PIB e o processo de desenvolvimento. Na avaliação do resultado da política econômica brasileira, idêntico critério deve ser observado, juntamente com a redução da desigualdade social.

A presente visão “curtoprazista” da política econômica brasileira resulta nas políticas fiscal e monetária fortemente restritivas, com os objetivos de atrair o capital estrangeiro e controlar a inflação. Essas políticas são impeditivas do crescimento acelerado e sustentado da economia brasileira, ressaltando-se especialmente a nocividade dos altos juros vigentes.

Os debates e análises ocorridos no **XVI Congresso Brasileiro de Economistas**, realizado em Florianópolis, concluíram pela urgente necessidade de recuperar **a visão de longo prazo na formulação e implementação de políticas econômicas para o país**. Esse fato vem sendo reconhecido em recentes trabalhos individuais e coletivos recém-publicados, que apontam os meios e modos de recolocar o país em uma trajetória de crescimento acelerado. No mesmo sentido, instituições especializadas, inclusive o próprio **Sistema COFECON/CORECONs**, vêm explorando as condições e instrumentos a serem utilizados em políticas de longo prazo para o Brasil.

Os economistas estão, portanto, cumprindo sua missão. No entanto, para que os resultados pretendidos sejam alcançados, é indispensável que suas propostas e sugestões sejam apoiadas pelo Poder Público. Nesse contexto, as eleições de 2006 se revestem de grande importância. É fundamental que, no exercício de sua cidadania, os eleitores brasileiros escolham representantes que tenham propostas de projetos de longo prazo para o Brasil, capazes de resgatar nossa tradição histórica de crescimento acelerado, agora em associação com a redução das desigualdades pessoais e regionais de renda.

Florianópolis, 08 de outubro de 2005.

---0000---